DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 624868
PORTARIA: 7114/2013PGJ

Objetivo: REALIZAR VISITA TÉCNICA E INSTALAÇÃO DE SISTEMA PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS NA PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DAQUELE MUNICÍPIO

Fundamento Legal: LEI ESTADUAL N.º 5.119, DE 16/5/1984 C/C LEI ESTADUAL N.º 7.551, DE 14/9/2011; ART. 145 DA LEI ESTADUAL N.º 5.810, DE 24/1/1994 E RESOLUÇÃO N.º 008/2011-CPJ, DE 30/6/2011.

Origem: MARABÁ/PA - BRASIL

Destino(s): TUCURUI/PA - Brasil

Servidor(es):

999895/ANTONIO DOS SANTOS MOTTA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 1.5 diárias (Completa) / de 01/10/2013 a 02/10/2013

Ordenador: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

EXTRATO DA ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2013

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 624910

(Lei nº 8.625, de 12.02.1993 – art. 15, § 1º)

DATA E HORA – 04.12.2013, das 10:30h às 19:30h.

LOCAL – Plenário “Octávio Proença de Moraes”, no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. **PRESENTES** – Dr. **MIGUEL RIBEIRO BAÍA**, Subprocurador-Geral de Justiça, área Técnico-Administrativa, em substituição ao Procurador-Geral de Justiça; Dr. **ADÉLIO MENDES DOS SANTOS**, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Dra. **UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL**; Dra. **MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO**; Dra. **CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO**, Dr. **GERALDO DE MENDONÇA ROCHA** e Dra. **LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**.

PALAVRA FACULTADA: O Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Adélio Mendes dos Santos agradeceu a Deus por estarem na penúltima sessão do ano, como está programado e invocou que sobre a proteção de Deus a sessão comece e chegue ao final de acordo com os ditames legais e principalmente de Deus e, expôs a satisfação de chegarem ao mês de dezembro. Disse, ainda, que no próximo dia 14 de dezembro se comemora o Dia Nacional do Ministério Público e a turma que ingressou nesta instituição no ano de 1983, estará completando 30 anos de Ministério Público. O Exmo. Presidente em exercício, Dr. Miguel Ribeiro Baía lembrou que no próximo dia 21 de dezembro estará completando 30 anos de conclusão do curso de Direito.

DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

ITENS EXTRA-PAUTA:

1. Processo de Relatoria do Exmo. Conselheiro **GERALDO DE MENDONÇA ROCHA**:

1.1. Processo nº 1.00093/2013-CSMP (PROTOCOLO Nº 47383/2013)

Interessado(s): José Maria Gomes dos Santos

Assunto: Auto de pedido de aplicação da nova redação do art. 11, I, alínea “g” da Resolução nº 002/2012-MP/CSMP, apenas aos certames posteriores à publicação da referida alteração.

Posto em votação, o Exmo. Conselheiro Relator **GERALDO DE MENDONÇA ROCHA** votou pela manutenção da aplicação da redação original do art. 11, inciso I, alínea “g”, da Resolução nº 002/2012-MP/CSMP, a todos os certames de promoção e/ou remoção cujas inscrições já estejam encerradas, inclusive, ao previsto pelo Edital nº 15/2013, de modo que sejam computadas como participações em mutirões, as participações ocorridas independentemente de designação pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça e, entendeu que deve prevalecer a favor do requerente apenas 04 (quatro) participações válidas, uma vez que a Corregedoria-Geral considerava a participação cível e criminal separadamente e agora adotou, para todos os candidatos, o entendimento de que a participação cível e criminal, no mesmo mutirão, será contabilizada como uma única participação. A Exma. Conselheira **UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL** se manifestou no sentido de que devem ser considerados os dados já consolidados de cada membro até o momento da inscrição, para que se possa ter a segurança jurídica necessária e, votou nos termos do voto do Conselheiro Relator, em parte, pois entendeu que fossem considerados 7 (sete) mutirões. A Exma. Conselheira **MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO** votou nos termos do voto do Conselheiro Relator em sua integralidade, pois a Corregedoria-Geral do Ministério Público, pelo princípio da autotutela, corrigiu um dado que tinha sido registrado de forma indevida. No que diz respeito aos Grupos de Trabalho, se manifestou no sentido de que, no que pese o candidato ter comprovado, por meio de portaria, que já participava do grupo na condição de participante nato, pois está previsto na normativa da Ouvidoria, tal informação não constava dos registros da Corregedoria-Geral do Ministério Público, nem nos registros de sua ficha funcional junto ao Departamento de Recursos Humanos e, como a norma legal dispõe que os dados devem ser os constantes até a data do encerramento das inscrições, não foi informado à Corregedoria Geral no tempo devido e que, a partir de agora, que já está registrado, referidos dados serão computados para os próximos certames. A Exma. Conselheira

Secretária **CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO** votou no sentido de que fossem considerados os dados constantes do momento de sua inscrição, ou seja, 7 (sete) mutirões. A Exma. Conselheira **LEILA MARIA MARQUES DE MORAES** votou nos termos do voto do Conselheiro Relator. O Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, **ADÉLIO MENDES DOS SANTOS** acompanhou o voto do Conselheiro Relator, pois disse que houve apenas uma retificação de dados da Corregedoria-Geral. O Exmo. Presidente em exercício **MIGUEL RIBEIRO BAÍA** acompanhou o voto do Conselheiro Relator.

O Egrégio Conselho Superior, por maioria de votos, DECIDIU atribuir, por ocasião da votação referente ao Edital nº015/2013-CSMP, 04 (quatro) mutirões ao candidato José Maria Gomes dos Santos, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Os itens 2, 3 e 4 foram apreciados em bloco:

2. Apreciação do requerimento protocolado sob o nº 47929/2013 formulado pelo Exmo. Promotor de Justiça Gustavo Rodolfo Ramos de Andrade, o qual requer seja apreciado o requerimento formulado pelo ora signatário desde setembro de 2012 para fins de aplicação analógica do art. 82 da Lei Complementar nº 057/2006, com a conseqüente retificação pertinente na lista de antiguidade da 2ª entrância.

3. Apreciação do requerimento protocolado sob o nº 47963/2013 formulado pela Exma. Promotora de Justiça Lillian Viana Freire, a qual requer sejam apreciados os requerimentos formulados desde setembro de 2012 para fins de aplicação analógica do art. 82 da Lei Complementar nº 057/2006, com a conseqüente retificação pertinente na lista de antiguidade da 2ª entrância.

4. Apreciação do requerimento protocolado sob o nº 47958/2013 formulado pela Exma. Promotora de Justiça Janaina Andrade de Sousa, a qual requer seja apreciado o requerimento formulado pela ora signatária desde setembro de 2012 para fins de aplicação analógica do art. 82 da Lei Complementar nº 057/2006, com a conseqüente retificação pertinente na lista de antiguidade da 2ª entrância.

Após discussão e posto os itens 2, 3 e 4 em votação, a Exma. Conselheira **UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL** deixou de se manifestar, por entender que a via adequada é a interposição de recurso perante o Colégio de Procuradores de Justiça, conforme dispõe o art. 21, X, alínea “e”, da LCE nº 057/2006 e art. 4º, X, alínea “e” do RI/CPJ. A Exma. Conselheira **MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO** se manifestou pelo conhecimento dos requerimentos como pedidos de reconsideração, tendo em vista que foi dirigido à mesma autoridade que proferiu a decisão que está sendo objeto de discussão perante o Conselho Superior e, no mérito se manifestou pelo improvimento, uma vez que a manifestação dos colegas não trouxe fato novo que justificasse o seu reexame, mantendo, portanto, a decisão referente ao voto da Conselheira Relatora Ubiragilda Silva Pimentel, prolatada na 22ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, realizada em 20.11.2013. As Exmas. Conselheiras **CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO** e **LEILA MARIA MARQUES DE MORAES** e o Exmo. Presidente em exercício **MIGUEL RIBEIRO BAÍA** se manifestaram pelo conhecimento dos requerimentos como pedidos de reconsideração e, no mérito pelo improvimento, considerando que não houve fato novo que justificasse o seu reexame. O Exmo. Conselheiro **GERALDO DE MENDONÇA ROCHA** e o Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público **ADÉLIO MENDES DOS SANTOS** entenderam que a via adequada é a interposição de recurso perante o Colégio de Procuradores de Justiça, conforme dispõe o art. 21, X, alínea “e”, da LCE nº 057/2006 e art. 4º, X, alínea “e” do RI/CPJ.

O Egrégio Conselho Superior, por maioria de votos, DECIDIU pelo conhecimento dos requerimentos referentes aos itens 2, 3 e 4 como pedidos de reconsideração, pelo princípio da fungibilidade e, no mérito, pelo seu improvimento, haja vista que já foi matéria discutida pelo Conselho Superior.

ITENS DA PAUTA:

1. **Aprovação do Quadro de Antiguidade dos Integrantes da carreira do Ministério Público**, conforme estabelece o art. 26, IX, da Lei Complementar nº 057/2006.

O Egrégio Conselho Superior APROVOU, à unanimidade, o Quadro Geral de Antiguidade do Ministério Público do Estado do Pará, nos termos do art. 26, IX, da LCE nº 057/2006, de 06 de julho de 2006.

2. **Julgamento de Promoção à 2ª Entrância**, para o cargo de **1º PJ Criminal de Altamira**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-013/2013 - Processo nº 053/2013/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 002/2012/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, **INDICOU** o Promotor de Justiça **ANTONIO MANOEL CARDOSO DIAS**, à promoção para o cargo de **1º PROMOTOR DE JUSTIÇA CRIMINAL DE ALTAMIRA** sem a necessidade de atribuição de pontuação pelos Conselheiros, por ser o único candidato a preencher os pressupostos do art. 93, inciso II, alínea “b” parte final e VIII-A c/c art. 129, § 4º da Constituição Federal c/c art. 61,

inciso IV da Lei Federal nº 8625/93 e art. 151, inciso I, alínea “b” c/c 184, inciso II da Constituição Estadual. Em razão da inexistência de outros candidatos que preencham os requisitos constitucionais, não há formação de lista triplíce.

3. **Julgamento de Promoção à 2ª Entrância**, para o cargo de **PJ de Mãe do Rio**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-013/2013 - Processo nº 054/2013/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, **INDICOU**, à unanimidade, a Promotora de Justiça **ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO**, que ocupa a **11ª** posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para promoção ao cargo de **PROMOTOR DE JUSTIÇA DE MÃE DO RIO**, em razão de ser a candidata mais antiga concorrendo no certame e não existir qualquer motivo que legitime a sua recusa.

4. **Julgamento de Remoção na 3ª Entrância**, para o cargo de **5º PJ com Atribuições Gerais**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-014/2013 - Processo nº 055/2013/MP/CSMP - Não houve inscritos. **CERTAME DESERTO.**

5. **Julgamento de Remoção na 3ª Entrância**, para o cargo de **1º PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-014/2013 - Processo nº 056/2013/MP/CSMP - A única inscrita desistiu. **CERTAME DESERTO.**

6. **Julgamento de Promoção à 3ª Entrância**, para o cargo de **1º PJ de Mosqueiro**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-015/2013 - Processo nº 057/2013/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, de acordo com o preceituado na Resolução nº 002/2012/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, **INDICOU** o Promotor de Justiça **JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS** à promoção à terceira entrância, para o cargo de **1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE MOSQUEIRO**, por ter obtido a maior pontuação na somatória das notas atribuídas pelos Conselheiros, com o total de **527,5** pontos. Integram a lista de merecimento, para fins de consecutividade e alternância: o Promotor de Justiça **RODIER BARATA ATAÍDE**, com **526,5** pontos e o Promotor de Justiça **ANTONIO LOPES MAURICIO**, com **499** pontos.

7. **Julgamento de Promoção à 3ª Entrância**, para o cargo de **4º PJ com Atribuições Gerais**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-015/2013 - Processo nº 058/2013/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, **INDICOU**, à unanimidade, a Promotora de Justiça **LUCINEIDE BARRETO DO AMARAL**, que ocupa a **13ª** posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para promoção à 3ª entrância, ao cargo de **4º PROMOTOR DE JUSTIÇA COM ATRIBUIÇÕES GERAIS**, em razão de ser a candidata mais antiga concorrendo no certame e não existir qualquer motivo que legitime a sua recusa.

8. **Julgamento de Remoção na 2ª Entrância**, para o cargo de **1º PJ Criminal de Parauapebas**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-016/2013 - Processo nº 059/2013/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 002/2012/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, **INDICOU** o Promotor de Justiça **PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JÚNIOR** à remoção para o cargo de **1º PROMOTOR DE JUSTIÇA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS**, por ter obtido a maior pontuação na somatória das notas atribuídas pelos Conselheiros, com o total de **540** pontos. Integra a lista de merecimento, para fins de consecutividade e alternância o único outro inscrito que compõe a última quinta parte da lista de antiguidade da segunda entrância, Promotor de Justiça **RENATO BELINI DE OLIVEIRA COSTA**, com **494** pontos. Em razão da inexistência de outros candidatos que preenchessem os requisitos para a definição do nome do terceiro integrante da lista triplíce, esta foi composta por dois Promotores de Justiça, nos termos do art. 61, inciso IV (parte final) da Lei nº 8625/93.

9. **Julgamento de Remoção na 3ª Entrância**, para o cargo de **3º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-017/2013 - Processo nº 067/2013/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, de acordo com o preceituado na Resolução nº 002/2012/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo